



01 DE FEVEREIRO DE 2019

Sexta-feira

- **PALESTRA E CLÍNICA TECNOLÓGICA SOBRE MEIO AMBIENTE**
- **INDICADORES INDUSTRIAIS**
- **FATURAMENTO DA INDÚSTRIA FECHA 2018 COM ALTA DE 4,1%, MOSTRA PESQUISA DA CNI**
- **PMI DA INDÚSTRIA SOBE A 52,7 PONTOS EM JANEIRO, REVELA IHS MARKIT**
- **INDÚSTRIA AVANÇA 1,1% EM 2018, MAS DESACELERA EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR**
- **PRODUÇÃO INDUSTRIAL CAI 1,3% NO 4º TRIMESTRE DE 2018 ANTE O 3º TRI, DIZ IBGE**
- **EDITORIAL: FUTURO ROBÓTICO**
- **PRODUÇÃO DE BENS DE CAPITAL CAI 5,7% EM DEZEMBRO ANTE NOVEMBRO, DIZ IBGE**
- **INADIMPLÊNCIA DE EMPRESAS AUMENTOU 7,44% NO ANO PASSADO**
- **EMPRESÁRIOS DE VAREJO APRESENTARAM PROPOSTA DE SIMPLIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA A GUEDES**
- **LENTA RECUPERAÇÃO DE VAGAS AMEAÇA LEVAR O BRASIL A DESEMPREGO ESTRUTURAL**
- **TAXA DE DESEMPREGO DEVE CONTINUAR EM MAIS DE 10% NOS PRÓXIMOS 4 ANOS**
- **MAIS POBRES TRABALHAM SEIS ANOS MAIS E RECEBEM 50% MENOS AO SE APOSENTAR**
- **CMN DÁ SEGURANÇA A RESTITUIÇÃO DE VALOR A ÓRGÃO PÚBLICO EM CASO DE ÓBITO**
- **NOVA REGRA AUMENTA RESTRIÇÃO PARA DEVEDORAS CAPTAREM RECURSOS PÚBLICOS**

- ASSOCIAÇÃO DE EMPREGADOS DO BNDES CRITICA PLANOS DO GOVERNO DE ACABAR COM BNDESPAR
- TARIFA BRANCA DE ENERGIA TEM ADESÃO DE MENOS DE 1% NO PRIMEIRO ANO DE VIGÊNCIA
- DÓLAR ENCERRA NO MENOR NÍVEL DESDE OUTUBRO
- IPC-S TEM ALTA DE 0,57% EM JANEIRO E FICA EM 4,19% EM 12 MESES
- GASTO COM JUROS CAI PARA R\$ 379,18 BI
- VOLKS QUER DOMINAR CARROS ELÉTRICOS COM NOVA PLATAFORMA
- PETROBRAS REDUZ EM 1% O PREÇO MÉDIO DA GASOLINA NAS REFINARIAS NESTE SÁBADO
- UE IMPÕE MEDIDAS DE SALVAGUARDA DEFINITIVAS A IMPORTAÇÕES DE AÇO
- EXPORTAÇÕES DE MINÉRIO PODEM SUBIR
- SETOR AUTOMOTIVO IMPULSIONA ALTA DE 1,1% DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL EM 2018
- EMPRESAS AUTOMOTIVAS ESTÃO ENTRE 100 MAIS INOVADORAS DO MUNDO
- HONDA TEM QUEDA DE 40% NO LUCRO TRIMESTRAL

| CÂMBIO | | |
|----------------------|---------------|--------------|
| EM 01/02/2019 | | |
| | Compra | Venda |
| Dólar | 3,669 | 3,670 |
| Euro | 4,211 | 4,213 |

Fonte: BACEN

Palestra e Clínica Tecnológica sobre Meio Ambiente

01/02/2019 – Fonte: SINDIMETAL/PR

Convite
Palestra e clínica
tecnológica sobre...

Meio Ambiente

O SINDIMETAL/PR, em parceria com o SENAI, convida para as palestras sobre o tema "Meio Ambiente" a serem realizadas no dia:

21 de Fevereiro de 2019
Das 09h00 às 11h
SENAI CIC – IST. de Meio Ambiente & Química
Rua Senador Accioly Filho, 298 – CIC – Curitiba - PR

• 09h00 – 09h20 – ABERTURA: SINDIMETAL/PR e SENAI

Temas Abordados:

- 09h20 – 09h40 – Resíduos sólidos e logística reversa – Elcio Herbst
- 09h40 – 10h00 – Licenciamento ambiental, efluentes líquidos – Maurício J. da Silva
- 10h00 – 10h20 – Emissões atmosféricas e passivos ambientais – Felipe P. de Moraes
- 10h20 – 11h00 – Clínica tecnológica
- 11h00 – Encerramento

IMPORTANTE: Evento destinado a empresários, diretores, gerentes e responsáveis pela área ambiental de empresas do setor metalmeccânico do Estado do Paraná.

Palestrantes:



Elcio Herbst
Mestre em Meio Ambiente Urbano e Industrial pela UFPR, SENAI e Universidade de Stuttgart



Maurício Jober da Silva
Tecnólogo em Gestão Ambiental, pelas Faculdades Integradas Camões



Felipe Pires de Moraes
Engenheiro ambiental e sanitaria pela FAE Business School

As inscrições poderão ser feitas **até o dia 18/02/2019**, com Eliziane de Medeiros Maciel, pelo telefone (41) 3218-3935, ou pelo e-mail assistente.juridico@sindimetal.com.br.
VAGAS LIMITADAS e exclusivas para empresas associadas.



Indicadores Industriais

01/02/2019 – Fonte: CNI

Indústria encerra 2018 em evolução

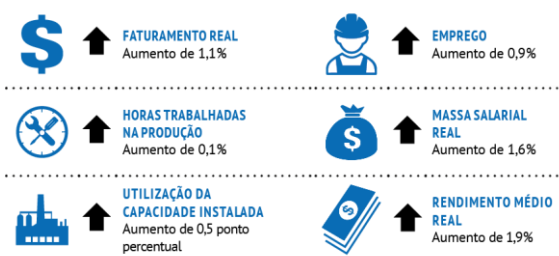
A pesquisa de dezembro de 2018 mostra avanços na comparação com novembro, com aumento do faturamento, utilização da capacidade instalada e dos indicadores do mercado de trabalho (emprego, rendimento médio e massa salarial).

Somente o índice de horas trabalhadas na produção ficou mais próximo da estabilidade. Todavia, o encerramento de 2018 mostra que apenas o faturamento manteve trajetória de expansão ao longo do ano.

Dezembro/2018

Indicadores Industriais dezembro 2018

Variação frente a novembro de 2018
(com ajuste sazonal)



Faturamento da indústria fecha 2018 com alta de 4,1%, mostra pesquisa da CNI

01/02/2019 – Fonte: CNI

De acordo com os Indicadores Industriais, emprego e as horas trabalhadas na produção ficaram praticamente estáveis no ano passado. A massa real de salários e o rendimento do trabalhador diminuíram em relação a 2017

Todos os indicadores da indústria brasileira tiveram desempenho positivo em dezembro na comparação com novembro. Mesmo assim, só o faturamento do setor cresceu de forma mais significativa em 2018. Na série livre de influências sazonais, o faturamento aumentou 1,1% entre novembro e dezembro. Foi a segunda alta consecutiva do indicador que cresceu 4,1% ao se comparar as médias de 2017 e 2018, informam os [Indicadores Industriais](#), divulgados nesta sexta-feira (1º) pela [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#).

Indicadores Industriais - dezembro 2018

Varição frente a novembro de 2018 – com ajuste sazonal



FATURAMENTO REAL
Aumento de 1,1%



HORAS TRABALHADAS NA PRODUÇÃO
Aumento de 0,1%



UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE
INSTALADA
Aumento de 0,5 ponto
percentual



EMPREGO
Aumento de 0,9%



MASSA SALARIAL REAL
Aumento de 1,6%



RENDIMENTO MÉDIO REAL
Aumento de 1,9%

“Os dados mostram que a indústria está se recuperando. Novembro e dezembro foram meses positivos para o setor e há sinais de que 2019 deverá ser melhor do que 2018”, afirma o economista da CNI Marcelo Azevedo. Segundo ele, um sinal importante é o aumento da confiança de empresários e consumidores. “Mas é preciso que as expectativas otimistas se concretizem com a confirmação das reformas da Previdência e tributária”, diz Azevedo.

As horas trabalhadas na produção ficaram praticamente estáveis, com um incremento de apenas 0,1%, em dezembro frente a novembro, na série dessazonalizada. No ano passado, as horas trabalhadas na produção tiveram um pequeno crescimento de 0,2% frente a 2017. A utilização da capacidade instalada subiu 0,5 ponto percentual em dezembro na comparação com novembro, com ajuste sazonal, e encerrou o ano em 77,5%. A média de 2018 ficou 0,2 ponto percentual acima do registrado em 2017.

O emprego na indústria aumentou 0,9% em dezembro na comparação com novembro, na série dessazonalizada. Com isso, o indicador reverteu as sucessivas quedas registradas nos meses anteriores e fechou 2018 com um leve crescimento de 0,2% em relação a 2017. A massa real de salários subiu 1,6% em dezembro frente a novembro, na série com ajuste sazonal, o melhor resultado desde abril deste ano.

Mesmo assim, em 2018, a massa real de salários diminuiu 1,5% em relação a 2017. O mesmo ocorreu com o rendimento médio do trabalhador. Em dezembro, o indicador

aumentou 1,9% frente a novembro, na série dessazonalizada. Mas encerrou o ano com queda de 1,7% na comparação com 2017.

PMI da indústria sobe a 52,7 pontos em janeiro, revela IHS Markit

01/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

O indicador de atividade industrial do País apresentou discreta elevação em janeiro, ao atingir 52,7 pontos, depois de ficar em 52,6 pontos em dezembro, com ajuste sazonal, conforme o Índice Gerente de Compras (PMI) medido pela IHS Markit.

Os dados de janeiro indicaram que o mercado interno foi o principal fator responsável pelo crescimento total de novos pedidos, com a contração nas vendas externas se acelerando e atingindo o seu nível mais alto em dois anos, conforme a consultoria. Os entrevistados, cita a nota, mencionaram a demanda global fraca, com a Argentina sendo especialmente mencionada.

Os fabricantes expandiram suas capacidades em janeiro e contrataram funcionários adicionais, encorajados pela demanda robusta por seus produtos. A expansão no nível de empregos reverteu a contração observada em dezembro e foi o mais forte desde março passado.

“O fortalecimento da demanda continuou dando apoio ao setor industrial no início do ano, impulsionando as vendas, a atividade de compras e a produção. Foram criados mais empregos, e em todos os três subsectores monitorados. Encorajadas por esse crescimento constante na demanda doméstica, as fábricas aumentaram a produção a uma das taxas mais fortes desde o início de 2018”, afirma a economista Pollyanna de Lima, responsável pelo relatório.

A economista observa que o volume de novos pedidos para exportação decepcionou, caindo pelo segundo mês consecutivo e da maneira mais significativa em dois anos, com os persistentes problemas na Argentina e a desaceleração geral do comércio global prejudicando os pedidos externos. Além disso, acrescenta, a inflação de custos diminuiu ainda mais, já que a depreciação cambial deu alívio aos fabricantes.

“Mesmo assim, as empresas aumentaram suas taxas em maior proporção, sustentadas por condições robustas de demanda e na tentativa de melhorar as margens de lucro, que têm sido pressionadas por fortes aumentos de custos há mais ou menos um ano”, afirma.

A nota cita ainda que o sentimento positivo entre os fabricantes brasileiros em relação às perspectivas de produção para daqui a doze meses melhorou, atingindo em janeiro o seu ponto mais forte na história das séries. As previsões de melhorias adicionais nas condições econômicas, o lançamento de novos produtos e um cenário político favorável impulsionaram o otimismo.

Indústria avança 1,1% em 2018, mas desacelera em relação ao ano anterior

01/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

Em 2017, produção subiu 2,5%; fabricantes de veículos puxaram o setor neste ano

A produção da indústria brasileira avançou 1,1% em 2018, mas ficou abaixo do desempenho de 2017, quando cresceu 2,5%, informou o IBGE nesta sexta-feira (1º). Apesar da desacelerada, o resultado do ano passado foi o segundo consecutivo no azul, após sucessivas quedas entre 2014 e 2016. As informações são da Pesquisa Industrial Mensal.

Em dezembro, o setor cresceu 0,2% na comparação com o mês anterior, na direção contrária da queda de 0,2% apontada por pesquisa da agência Reuters.

Na comparação com dezembro de 2017, a produção recuou 3,6%, ante projeção de contração de 4,2% da Reuters. André Macedo, gerente da pesquisa, destaca que, apesar de fechar 2018 em alta, a indústria perdeu ritmo no final do ano.

No último trimestre, a produção recuou 1,1% em relação ao mesmo período de 2017, interrompendo altas que ocorriam desde o início de 2017. A perda de fôlego fica clara nas comparações trimestrais: a indústria cresceu 2,8% nos três primeiros meses de 2018, 1,8% nos seguintes e 1,2% no terceiro trimestre, na mesma base de comparação.

"Atividades como alimentos, metalurgia e bebidas, que mostraram comportamento positivo no início do ano, perderam intensidade ao longo dos meses", disse Macedo. Entre as categorias econômicas, a que mais cresceu no ano foi a de bens de consumo duráveis, com alta de 7,6%, impulsionada por automóveis e eletrodomésticos da linha marrom.

Bens de capital, uma medida de investimento, avançaram no ano passado 7,4%, devido principalmente aos bens de capital para equipamentos de transporte e para construção.

"O crescimento em bens de capital foi influenciado principalmente pelo aumento na produção de caminhões e materiais de construção. Já [a categoria de] bens de consumo duráveis foi beneficiado pela expansão na produção de televisores impulsionada pela Copa do Mundo", afirmou Macedo.

Por outro lado, bens de consumo semi e não duráveis caíram 0,3%. Entre as atividades pesquisadas, 13 das 26 apresentaram resultados positivos. A produção de veículos automotores, reboques e carrocerias exerceu a maior influência positiva, com aumento de 12,6%. Depois vieram os ramos de metalurgia (+4%) e de celulose, papel e produtos de papel (+4,9%).

"Embora tenha perdido intensidade nos últimos meses do ano, o setor automobilístico, em 2018, foi especialmente favorecido pela maior demanda do mercado argentino", disse o gerente da pesquisa.

Por outro lado, quedas nos setores de alimentos (-5,1%), confecção de artigos do vestuário e acessórios (-3,3%) e de couro, artigos para viagem e calçados (-2,3%) seguraram o resultado do ano.

"Boa parte do recuo no setor de alimentos se deve à diminuição na produção de açúcar em prol do etanol, que tem sido mais vantajoso para as usinas", afirmou Macedo. A mais recente pesquisa Focus do Banco Central mostra que os economistas esperam em 2019 uma expansão da indústria de 3,04%, indo a 3% em 2020.

Produção industrial cai 1,3% no 4º trimestre de 2018 ante o 3º tri, diz IBGE

01/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

A produção da indústria brasileira recuou 1,3% no quarto trimestre de 2018 em relação ao terceiro trimestre do ano, segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) divulgados nesta sexta-feira, 1º de fevereiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na comparação com o quarto trimestre de 2017, a indústria encolheu 1,1% no quarto trimestre de 2018, interrompendo uma sequência de altas iniciada no primeiro trimestre de 2017, quando tinha avançado 1,4%.

Ao longo de 2018, a indústria mostrou contínua perda de fôlego na produção, na comparação com iguais trimestres do ano anterior: no primeiro trimestre houve crescimento de 2,8%; no segundo, alta de 1,8%; e no terceiro trimestre, aumento de 1,2%.

A redução na intensidade da produção industrial também foi observada nas quatro grandes categorias de uso, com destaque para a fabricação de bens de consumo duráveis, que passou de alta de 7,1% no terceiro trimestre de 2018 para queda de 3,1% no quarto trimestre de 2018. O resultado foi puxado pela menor produção de automóveis, que saiu de alta de 14,7% no terceiro trimestre para queda de 1,2% no quarto trimestre.

Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, os bens de capital passaram de alta de 7,3% no terceiro trimestre para avanço de 3,4% no quarto trimestre; bens intermediários, de 0,7% para -1,4%; e bens de consumo semiduráveis e não-duráveis, de -0,4% para -1,0%.

Editorial: Futuro robótico

01/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

Agora o espectro da obsolescência cerca também profissões prestigiadas e bem remuneradas



Robô utilizado em unidade da Unilever em Aguaí (SP) - Eduardo Knapp - 2.ago.18/Folhapress

Um estudo sobre o futuro do emprego no Brasil estimou que, até 2026, 54% dos postos de trabalho, ou 30 milhões de vagas formais, podem ser perdidos para softwares e robôs. A pesquisa, feita por um grupo da UnB (Universidade de Brasília), avaliou o risco a que estão submetidas 2.602 ocupações.

Embora a precisão desse tipo de trabalho sempre esteja comprometida pelas contingências do futuro, pode-se ter maior certeza quanto à tendência geral: a substituição, em larga escala, de mão de obra humana por automação.

Se no início da revolução tecnológica a ameaça existia apenas para pessoas que executavam trabalhos manuais e pouco qualificados, agora o espectro da obsolescência cerca também profissões prestigiadas e bem remuneradas. A engenharia química e até algumas especialidades médicas aparecem na lista das carreiras em perigo.

Não é que corram risco de extinção —caso de taquígrafos e cobradores de ônibus—, mas devem perder parte das funções para programas de software que se valem do aprendizado de máquina. Eles já conseguem fazer certos diagnósticos de forma muito mais rápida e precisa que o médico, por exemplo.

No longo prazo, a superautomação não é necessariamente má notícia. Máquinas que produzem sozinhas não são em princípio uma ameaça, e sim o sonho da libertação do trabalho, que daria a cada um a oportunidade de dedicar-se apenas àquilo de que realmente gosta.

O problema é a transição do mundo atual para um em que as necessidades materiais da humanidade já não dependeriam tanto do trabalho. Os desafios são enormes.

Como sustentar o exército de gente que vai perder o emprego? A renda mínima universal pode ser a solução, mas não há como ignorar os obstáculos no caminho. De onde os Estados sacariam recursos? Quais atividades seriam tributadas? Dá para um país fazer isso sozinho ou teria de haver coordenação global?

Garantir aos indivíduos uma fonte de renda é apenas parte da história. O trabalho hoje não só garante o salário do mês, mas, em muitos casos, também ajuda a formar a identidade individual. Como lidar com os aspectos psicológicos de uma realidade pós-emprego?

O historiador israelense Yuval Harari alerta em seus livros para o risco de uma distopia, na qual bilhões de terráqueos que perderam sua relevância econômica, suas identidades e seus valores se convertem numa massa de destituídos que se dedica a tarefas como consumir drogas cada vez mais poderosas.

Saberemos evitar esses cenários?

Produção de bens de capital cai 5,7% em dezembro ante novembro, diz IBGE

01/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

A produção da indústria de bens de capital teve queda de 5,7% em dezembro de 2018 ante novembro, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na comparação com dezembro de 2017, o indicador mostrou redução de 5,6%. Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF).

De janeiro a dezembro de 2018, houve crescimento de 7,4% na produção de bens de capital.

Em relação aos bens de consumo, a pesquisa registrou redução de 0,6% na passagem de novembro para dezembro de 2018. Na comparação com dezembro de 2017, houve queda de 4,9%. No acumulado de 2018, a produção de bens de consumo subiu 1,3%.

Na categoria de bens de consumo duráveis, o mês de dezembro foi de recuo de 2,1% ante novembro. Em relação a dezembro de 2017, houve redução de 14,3%. No ano de 2018, a fabricação de bens duráveis aumentou 7,6%.

Entre os semiduráveis e os não duráveis, houve avanço de 0,2% na produção em dezembro ante novembro. Na comparação com dezembro do ano anterior, a produção diminuiu 2,5%. Em 2018, a fabricação de bens de consumo semi e não duráveis encolheu 0,3%.

Para os bens intermediários, o IBGE informou que a produção aumentou 0,7% em dezembro ante novembro. Em relação a dezembro do ano anterior, houve uma queda de 2,3%. No acumulado do ano, os bens intermediários tiveram aumento de 0,4%.

Média Móvel Trimestral

O índice de Média Móvel Trimestral da indústria teve alta de 0,2% em dezembro.

Revisões

O IBGE revisou o resultado da produção industrial em novembro ante outubro, de 0,1% para -0,1%. A taxa de outubro ante setembro saiu de -0,1% para 0,3%, enquanto a de setembro ante agosto passou de -1,7% para -2,0%.

O resultado de bens de capital de novembro ante outubro foi revisto de -2,7% para -4,4%.

Na categoria de bens de consumo duráveis, a taxa de novembro ante outubro passou de -3,4% para -3,8%.

Já os bens de consumo semi e não duráveis em novembro ante outubro foram revistos de 0,0% para -0,9%.

Inadimplência de empresas aumentou 7,44% no ano passado

01/02/2019 – Fonte: DCI

O número de empresas com contas em atraso e registradas no cadastro de inadimplentes apresentou crescimento de 7,44% no fechamento de 2018 na comparação com 2017, mas o ritmo de alta perdeu força em quatro das cinco regiões geográficas analisadas.

Já o número de dívidas contraídas em nome de pessoas jurídicas avançou 4,89% em dezembro na comparação anual. Os dados divulgados ontem são da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil).

De acordo com o indicador, na região Norte, o crescimento do número de empresas com contas sem pagar foi apenas 0,78%, a menor entre todas as regiões brasileiras. No Centro-Oeste, foi de 2,10%, enquanto no Nordeste, a alta foi de 2,35% e no Sul, de 3,71% - todas abaixo da média nacional e menores do que o percentual observado no auge da crise econômica, quando girava em torno de 10%. No ano passado, a única região a destoar foi o Sudeste, que encerrou o ano de 2018 com alta de 13,03% na quantidade de empresas inadimplentes.

O número expressivo foi influenciado pela revogação de uma lei no Estado de São Paulo que exigia por parte dos credores uma carta com Aviso de Recebimento (AR) antes de efetivar o registro de atraso. Com o fim da lei, que burocratizava e tornava mais caro o processo de registrar uma dívida no banco de dados, muitas das negativas que estavam represadas entraram na base de dados de forma mais abrupta.

Na avaliação do presidente da CNDL, José Cesar da Costa, o cenário da inadimplência mais bem comportada entre as empresas é um sinal de que a recuperação econômica já refletiu, em alguma medida, melhora no faturamento das empresas.

“Embora a saúde financeira das empresas ainda não tenha voltado ao patamar anterior à crise, o ano de 2018 foi um pouco melhor em vendas do que os anteriores, o que deu um fôlego maior para as empresas conseguirem honrar seus compromissos financeiros e organizar pendências. Nota-se que a situação da inadimplência no âmbito corporativo está mais contornável do que entre as pessoas físicas”, explica o presidente.

De modo geral, a recuperação de crédito, ou seja, o movimento de quitação de dívidas em nome de pessoas jurídicas, aumentou 12,20% em dezembro de 2018 no acumulado em 12 meses, o que demonstra que mais empresas conseguiram colocar sua situação em dia junto aos credores. Além disso, cada empresa devedora tem, em média, duas pendências financeiras.

Empresários de varejo apresentaram proposta de simplificação tributária a Guedes

01/02/2019 – Fonte: DCI

Empresários de grandes redes de varejo tiveram nesta sexta-feira, 1º de fevereiro, no Rio de Janeiro uma reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e entregaram

documento com propostas para simplificação tributária entre outras sugestões. Ao Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado), o presidente do Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), Antonio Carlos Pipponzi, afirma que a expectativa é que a pauta avance no governo e a entidade espera novos encontros ainda em fevereiro.

Na avaliação de Pipponzi, a pauta tributária tende a avançar depois que já estiver em andamento no Congresso a proposta de reforma da Previdência, algo que é hoje o foco do governo. O empresário disse ter deixado o encontro com Guedes "muito otimista" e com a percepção de que a proposta de reforma da Previdência "está avançada" e que irá ao Congresso "logo".

Além de Pipponzi, que é presidente do Conselho de Administração da Raia Drogasil (RD), estiveram presentes ainda executivos do Walmart, Carrefour e da rede Petz, entre outros nomes do IDV.

No âmbito tributário, as sugestões apresentadas pelo IDV incluem uma mudança na constituição do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para permitir decisões por maioria simples ou dois terços do conselho. A avaliação é que isso facilitaria a tomada de decisões sobre simplificações de obrigações acessórias, padronizações e outros temas tributários

O IDV ainda sugere a unificação de tributos e alterações no ICMS. Entre as medidas sugeridas no campo da simplificação, propõe a unificação de obrigações acessórias prestadas aos sistemas PIS/COFINS e ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que contém as informações sobre a apuração de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Este foi o segundo encontro do IDV com Guedes. Representantes da entidade já haviam se encontrado com o ministro antes mesmo da posse, no final de dezembro. Nesta segunda reunião, Pipponzi afirma que a entidade foi estimulada a apresentar as propostas tributárias à Receita Federal.

O IDV também prevê encontros com o Banco Central. A entidade tem atuado em temas relacionados a meios de pagamento e, segundo Pipponzi, o tema encontra eco na preocupação do governo com a concentração bancária. Uma antiga demanda do varejo é a redução do prazo de recebimento das vendas realizadas no cartão de crédito. O prazo atual é de 30 dias, em média, muito embora tenha crescido no mercado de aquisição a oferta da possibilidade de recebimento em dois dias.

Lenta recuperação de vagas ameaça levar o Brasil a desemprego estrutural

01/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

Desemprego de longa duração, que considera desocupados há mais de um ano, está maior do que em 2014 e 2012

O recuo lento e errático do contingente de desocupados e um universo amplo de pessoas em ocupações precárias despertam temores entre analistas de que, para muitos trabalhadores, o desemprego deixe de ser uma condição temporária e passe a ser um problema crônico.

Isso afetaria negativamente a economia como um todo. O desemprego de longa duração, que considera as pessoas desocupadas há mais de um ano, estava, no fim de setembro de 2018, em 4,8% da força de trabalho, segundo dados mais recentes do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).



Desempregados procuram empregos no centro de São Paulo - Danilo Verpa/Folhapress,

O percentual está ao redor desse nível desde de 2017, bem acima da média de 2,4% registrada entre 2012 e 2014.

O número responde diretamente à lenta recuperação do mercado de trabalho.

Dados divulgados nesta quinta-feira (31) pelo IBGE mostram que o desemprego no Brasil fechou 2018 estável em relação a 2017 e atingiu 12,1 milhões de pessoas.

No total, o país encerrou o ano com 27 milhões de pessoas entre desocupados, aqueles que trabalham menos horas do que gostariam ou que estavam disponíveis para trabalhar, além de 4,7 milhões de desalentados (que desistiram de procurar trabalho) —ambos no maior nível da série.

O quadro todo preocupa, dizem analistas, ao afetar a empregabilidade e a reintegração no mercado de trabalho.

Além da preocupação quanto ao bem-estar dos indivíduos em condição tão precária, existe ainda o receio de que parte dessa alta do desemprego decorrente do ciclo recessivo recente se traduza também em elevação do desemprego estrutural, com efeito sobre o crescimento da economia, diz Rafael Bacciotti, analista da IFI (Instituição Fiscal Independente), do Senado.

"À pessoa que fica muito tempo fora do mercado de trabalho pode ficar mais difícil voltar e o que era uma situação temporária pode se tornar crônica", diz Bacciotti, que fez relatório sobre o tema.

Marcelo Gazzano, economista da consultoria AC Pastore, diz que há evidências na literatura que indicam que um trabalhador desempregado por mais tempo se torna menos produtivo, num círculo perverso que pode o deixar estruturalmente fora do mercado e reduzindo o potencial de crescimento da economia.

"Quando as contratações sobem, as empresas investem em treinamentos, por exemplo, o que eleva a produtividade como um todo e melhora o mercado de trabalho", diz Gazzano.

Mas o contrário, diz, é verdadeiro também: um cara por muito tempo fora do mercado começa a perder habilidades e o apelo para o empregador.

De modo geral, a recuperação do emprego tem sido bem mais lenta do que o esperado pelos analistas, um reflexo tanto da intensidade da crise quanto da fraqueza da recuperação econômica.

Para a MCM Consultores, os dados do último trimestre de 2018 contêm sinais piores para o mercado de trabalho e, embora espere que esse resultado se reverta nos próximos meses, a equipe admite que a recuperação do emprego se mostra mais lenta do que inicialmente previsto.

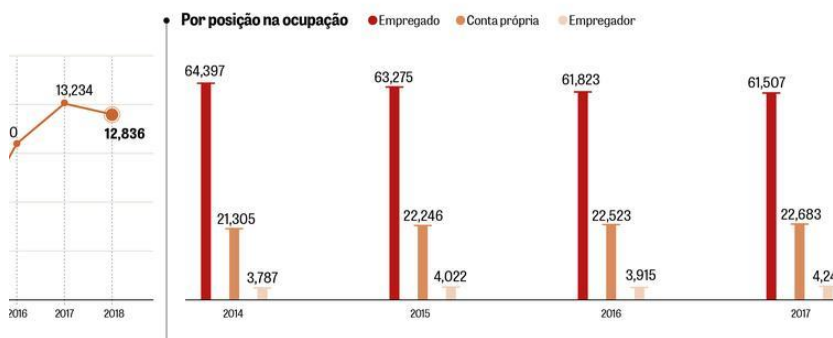
Diante de um quadro tão desafiador, diz Bacciotti, da IFI, deveriam entrar em cena políticas sociais, como educação e qualificação de trabalhadores.

Taxa de desemprego deve continuar em mais de 10% nos próximos 4 anos

01/02/2019 – Fonte: DCI

Em 2018, desocupação atingiu 12,836 milhões de pessoas, contra 13,234 milhões em 2017; para especialistas, as incertezas econômicas ainda contribuem para o baixo dinamismo do mercado

o de trabalho • Em milhões de pessoas



O contingente de desempregados no Brasil atingiu 12,836 milhões de pessoas em 2018, 398 mil a menos do que em 2017 (13,234 milhões). Esta retomada é considerada tímida por especialistas e a projeção é de que a taxa de desemprego fique em mais de 10% nos próximos quatro anos.

Na comparação com o ano de 2014, quando haviam 6,743 milhões de pessoas sem trabalho, o total de desocupados dobrou no País, mostram dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados ontem.

Na avaliação do pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Ibre), Daniel Duque, a recuperação do mercado de trabalho tem sido muito frágil, não só devido à resiliência da taxa de desocupação, como pelo crescimento da ocupação por meio da criação de vagas informais.

A projeção de Duque é que a taxa de desemprego caia de 12,3% em 2018, para 12% em 2019. "A expectativa é que a taxa de desemprego só volte para a casa de um dígito em 2023", reforça Duque. Segundo previsões do Itaú Unibanco, na média do ano, a taxa de desocupação deve chegar a 11,7% este ano, e cair lentamente ao longo de 2020 (11,2%), 2021 (10,6%) e 2022 (10,2%).

O especialista em mercado de trabalho, Renan Pieri, da Escola de Economia de São Paulo (EESP-FGV), ressalta que este cenário de recuperação tímida se explica pela permanência das incertezas econômicas no Brasil. "Os investimentos volumosos, que são o que geram emprego, só irão voltar quando o empresário tiver mais certeza de como se dará a política econômica".

Política pública

Para Pieri, por outro lado, o governo poderia criar políticas públicas para incentivar a geração de postos de trabalho, como um estímulo maior ao microcrédito por meio dos bancos públicos ou programas de requalificação profissional.

"Na crise, muitos chefes de família perderam o emprego. Então seria importante que houvesse iniciativas de requalificação profissional para este grupo", comenta Pieri. "Em relação ao microcrédito, há muita linha de financiamento para as áreas rurais, mas

ainda é pouco pelo momento que estamos passando na nossa economia”, destaca Pieri.

Outros dados do IBGE mostram que, entre 2014 e 2018, o número de empregados no setor privado caiu 2,869 milhões, ao passar de um total de 46,987 milhões de pessoas, para 44,118 milhões. Em quatro anos, um total de 3,681 milhões deixaram de ter carteira assinada (de 36,6 milhões em 2014, para 32,9 milhões em 2018). Já os postos sem carteira cresceram em 811 mil em quatro anos, ao passarem de 10,3 milhões, para 11,2 milhões.

O número de empregadores cresceu 16,8% em quatro anos, para 4,423 milhões, enquanto os trabalhadores por conta própria avançaram 9,6% no período, para 23,3 milhões.

Diante deste cenário de expansão da informalidade no Brasil, houve uma queda de 2,1%, para 58 milhões, em quatro anos, no número de pessoas que contribuem para a Previdência Social.

Em 2018, o Brasil também bateu recorde de pessoas em situação de desalento e subocupados. “Não adianta só cair o desemprego. Tem gente que trabalha menos horas, tem pessoas que desistem de procurar trabalho por estarem desalentadas”, destacou Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE.

A população em situação de desalento bateu recorde de 4,736 milhões em 2018, enquanto os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas chegou a 6,619 milhões na média anual. Faltou trabalho, em média, para 27,301 milhões de brasileiros em 2018.

Mais pobres trabalham seis anos mais e recebem 50% menos ao se aposentar

01/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

Os trabalhadores mais pobres esperaram em média seis anos a mais para se aposentar e só receberam metade do benefício dos demais trabalhadores em 2018. Segundo dados fornecidos pela Secretaria de Previdência a pedido do **Estadão/Broadcast**, quem solicitou ao INSS aposentadoria por tempo de contribuição no ano passado tinha em média 54,6 anos e ganhou cerca de R\$ 1.984,75. Já os segurados que solicitaram o benefício por idade tinham em média 61 anos e só receberam R\$ 969,08.

A regra para aposentadoria por tempo exige 35 anos de contribuição de homens e 30 anos de mulheres. Esses requisitos são flexibilizados no caso de professores e policiais, que têm um desconto de cinco anos.

Como os mais pobres têm maiores dificuldades em permanecer por tanto tempo no mercado de trabalho formal, com carteira assinada e vinculado ao INSS, essa modalidade é considerada como típica da camada mais favorecida da população. O restante acaba se aposentando por idade, com exigências de 65 anos para homens, 60 anos para mulheres e tempo mínimo de 15 anos de contribuição.

O Brasil é um dos poucos países que ainda permitem aposentadorias por tempo de contribuição, sem a fixação de uma idade mínima para requerer o benefício. Essa modalidade é um dos principais alvos da reforma da Previdência, que ainda está sendo desenhada pela equipe econômica. O governo já sinalizou que pretende propor a instituição das idades mínimas, possivelmente nos mesmos patamares que constam na proposta que tramita no Congresso Nacional, de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens.

“O trabalhador mais rico tem um emprego de melhor qualidade. Além de ganhar mais, contribui por mais tempo e consegue se aposentar mais cedo. E isso não quer dizer

que ele está menos capacitado para trabalhar. Geralmente é o contrário, o trabalhador mais qualificado vai aumentando a produtividade, acumula mais conhecimento e mais experiência. Mas se aposenta mais cedo do que o trabalhador que depende da força física e vai tendo menos capacidade de produzir”, disse ao **Estadão/Broadcast** o secretário de Previdência do Ministério da Economia, Leonardo Rolim.

“Deveria ser o inverso, o trabalhador mais pobre que deveria se aposentar antes”, diz. Ele lembrou ainda que a média das aposentadorias por idade ainda é afetada pelos benefícios rurais, que solicitam o seguro com uma idade menor. Considerando apenas os trabalhadores urbanos, a média de idade na solicitação do benefício é ainda maior, de 63 anos.

No ano passado, o rombo no INSS atingiu um recorde de R\$ 195,2 bilhões, uma alta real (já descontada a inflação) de 4% em relação a 2017. O déficit da Previdência urbana cresceu de forma mais acelerada no ano passado, de acordo com os dados da Secretaria de Previdência.

O rombo foi de R\$ 81,4 bilhões, uma alta real de 10,3% em relação a 2017. O resultado dos benefícios rurais foi negativo em R\$ 113,8 bilhões, mas ficou praticamente estável em relação ao ano anterior, já descontada a inflação.

Rolim avalia que há duas razões por trás do aprofundamento do déficit da Previdência urbana. Uma delas é conjuntural, uma vez que a crise econômica impactou o emprego formal e, conseqüentemente, as receitas previdenciárias. A outra é estrutural: o aumento do gasto diante do envelhecimento da população.

CMN dá segurança a restituição de valor a órgão público em caso de óbito

01/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 31-01-2019)

A Resolução nº 4.708, aprovada nesta quinta-feira, 31, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), dá maior segurança jurídica nos casos em que a instituição financeira, em função da morte de titular de conta, precisar restituir a órgãos públicos valores depositados indevidamente.

A Medida Provisória nº 871, editada em 18 de janeiro, estabeleceu um segundo “pente fino” em relação a fraudes no INSS. A medida permitiu, entre outras coisas, que órgãos públicos solicitem aos bancos o início do processo de devolução de valores pagos indevidamente a servidores ou funcionários públicos, pensionistas ou titulares de benefícios previdenciários ou assistenciais. Estes pagamentos ocorrem em função da defasagem entre o falecimento do beneficiário e a comunicação aos órgãos pagadores do ocorrido.

Na prática, a MP permite que os órgãos públicos solicitem o retorno dos valores pagos indevidamente. Assim que é identificado o pagamento indevido, o órgão pode iniciar o processo de solicitação do crédito para restituição dos valores.

A MP estabelece ainda que o CMN deve regulamentar este processo de restituição de valores. Nesta linha, a resolução do CMN estabelece que não se aplicam, exclusivamente nestes casos de restituição, dispositivos de outras resoluções que estabelecem que apenas o próprio correntista pode movimentar sua conta ou autorizar o débito.

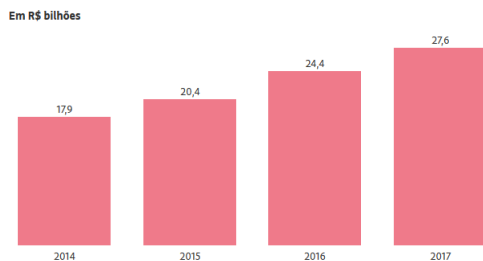
Pela resolução, que aumenta a segurança jurídica para restituições, em caso de pagamento indevido, pode-se adotar o procedimento para a instituição financeira devolver o valor.

Nova regra aumenta restrição para devedoras captarem recursos públicos

01/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

Lei restringe acesso a crédito por parte das empresas com débito de FGTS

Uma lei sancionada neste mês deverá dificultar a obtenção de financiamento por empresas que devem FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), de acordo com escritórios de advocacia.



Fonte: PGFN

O texto estabelece que companhias em débito com o fundo não podem acessar linhas de crédito lastreadas em recursos públicos, tanto em bancos estatais como privados. Antes, a regra valia apenas para o primeiro grupo. O objetivo principal é obrigar que mais empresários regularizem sua situação.

“A medida deverá ter impacto nas captações porque impede que um devedor solicite qualquer financiamento do BNDES ou do FAT [Fundo de Amparo ao Trabalhador], por exemplo”, diz Fábio Braga, sócio do Demarest.

“Há um lado mais ‘bondoso’ da lei, porém, que é a supressão do parágrafo que proibia o parcelamento de dívidas com instituições financeiras se não houvesse certidão negativa. A interpretação é que a proibição caiu”, afirma.

“O argumento central aqui é a isonomia”, diz Marcos Pulino, sócio do Cascione.

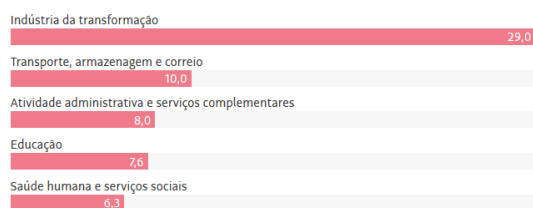
“Temos empresas controladas pelo Estado, como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, que cumprem uma função de interesse público, mas, na prática, atuam como concorrentes dos privados.”

Nem todos os devedores deverão ser afetados. Alguns questionam o débito na Justiça e, portanto podem usufruir da chamada “certidão positiva com efeito de negativa”, afirma Claudia Bonelli, sócia do TozziniFreire.

Muitas companhias também estão regularizadas quanto à nova regra porque a necessidade de uma certidão negativa já era obrigatória em processos licitatórios, afirma.

Setores com mais dívidas

Em %



Fonte: PGFN

Associação de empregados do BNDES critica planos do governo de acabar com BNDESPar

01/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

Secretário Salim Mattar disse que há intenção de encerrar a unidade de participações do banco

A intenção do governo federal de acabar com a BNDESPar, unidade de participações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), vai na contramão das práticas de instituições de desenvolvimento multilaterais no mundo e ameaça o fomento ao mercado de renda variável no país, segundo a AFBNDES, associação dos empregados do banco.

A manifestação vem após o secretário de Desestatização e Desinvestimento do Ministério da Economia, Salim Mattar, ter dito no começo da semana que o governo Jair Bolsonaro quer fechar a BNDESPar após vender todas as fatias que detém em companhias. Mattar afirmou que tais participações valem 110 bilhões de reais.



Salim Mattar, secretário de Desestatização e Desinvestimento do Ministério da Economia - Amanda Perobelli/Reuters

"Quando declara que não há razão para o governo ter carteira de ações de empresas, o secretário não polemiza apenas com 40 anos de atuação da BNDESPar, também confronta a estratégia das principais instituições de desenvolvimento multilaterais, como o Banco de Desenvolvimento da Ásia, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Mundial (...)", afirmou a AFBNDES em nota à Reuters.

A associação também argumentou que o plano ameaça o fomento ao mercado de renda variável, que, na visão da entidade, enfrenta a rentabilidade superior dos títulos de renda fixa, "anomalia causada por décadas de taxas de juros altíssimas".

Para a entidade, por meio da BNDESPar o BNDES apoia empresas em setores de alta produtividade e de alta tecnologia, incluindo setores de energia renovável e saúde, incluindo as fases pré-operacionais de empreendimentos, etapas que não costumam contar com grande interesse de outros investidores.

Hoje, a BNDESPar é a maior investidora nacional em fundos de capital semente e ventures capital, disse a associação, alegando que isso contribui para que as empresas precisem no futuro menos do banco nas captações de longo prazo.

A associação afirmou que de 2001 a 2016 a BNDESPar respondeu por cerca de 30% da lucratividade do sistema BNDES, e teve valorização de 413%. Já o Ibovespa, principal índice de ações do país, subiu 294,7%. O CDI, referência da rentabilidade da renda fixa, saltou 675,8%.

De acordo com a última demonstração financeira disponível da BNDESPar, sua carteira em setembro de 2018 compreendia títulos de 124 empresas, incluindo ações em 94, e de 42 fundos, "com valores concentrados principalmente nos setores de petróleo e gás, mineração, papel e celulose, energia elétrica, alimentos e bebidas e bens de capital".

Dentre as empresas nas quais a BNDESPar tem grandes investimentos, estão Petrobras, Vale, Suzano, Eletrobras, AES Tietê, Klabin, Embraer, JBS, Copel e Fibria. Questionado via assessoria de imprensa sobre os pontos levantados pela Reuters, Mattar não respondeu de imediato.

Tarifa branca de energia tem adesão de menos de 1% no primeiro ano de vigência

01/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

Um ano após o início da vigência da tarifa branca de energia, é baixa a adesão a esse modelo de cobrança. Embora o sistema proporcione economia na conta de luz, particularmente para consumidores que utilizam energia fora do horário de pico (fim de tarde e início da noite), o número de unidades consumidoras que optaram pela modalidade corresponde a menos de 1% do potencial para o período. Falta de conhecimento e informação, dificuldade de entendimento e riscos envolvidos estão entre os motivos sugeridos por especialistas para esse fraco desempenho.

No primeiro ano de vigência da tarifa branca, em 2018, apenas consumidores com demanda superior a 500 quilowatts-hora (KWh) poderiam aderir à modalidade, o que corresponde a um total 3,797 milhões de unidades consumidoras, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Desse total, apenas 3.082 consumidores aderiram à tarifa branca até novembro passado, o que corresponde a 0,8% do potencial. Neste ano, mais 9,988 milhões de consumidores passaram a poder optar por esse modelo de cobrança, já que o patamar mínimo de consumo exigido caiu à metade, para acima de 250 Kwh.

A partir do ano que vem, não haverá mais limites mínimos, possibilitando o acesso ao modelo de cobrança a quase 80 milhões de consumidores residenciais, rurais, comerciais, industriais e de serviços públicos atendidos na baixa tensão, exceto iluminação pública e tarifa social.

Modalidade de cobrança não é adequada para todos os consumidores. Só efetivamente se beneficia da tarifa branca quem concentra seu consumo de energia entre a madrugada e as 17 horas. Isso porque, por esse modelo, o usuário paga valores diferentes por KWh dependendo do horário do consumo: na ponta (ou pico), fora da ponta e intermediário. O valor da energia fora da ponta – correspondente à maior parte do dia e todo o fim de semana – chega a ser cerca de 30% mais baixo que o valor da tarifa convencional, a depender da concessionária.

Mas custa até o dobro no horário de ponta – um período de três horas que varia ligeiramente de distribuidora para a distribuidora, mas fica entre as 18h e as 21h na maior parte das empresas. No horário intermediário – correspondente a uma hora anterior e posterior ao horário de ponta – o custo pode ser quase 30% maior.

Conforme levantamento da Aneel, a redução máxima chega a 15% no caso da Enel São Paulo (antiga Eletropaulo); 12% na Light, do Rio; 13% na CEB, de Brasília; e 17% na Celpa, do Pará. A autarquia alerta que essa seria a economia máxima, se nada for consumido na ponta. Mas a diminuição real depende de quanto o consumo pode ser deslocado do horário de ponta e do horário intermediário.

“Com a tarifa branca, o consumidor tem que fazer gestão de custos, conhecer seu histórico de consumo, para saber se vai ser beneficiado. Se o consumidor programar, mas a tendência não se confirmar, em vez do pretendido desconto vai pagar mais”, diz a sócia líder de Power & Utilities da consultoria KPMG no Brasil, Franceli Jodas.

Para ela, a falta de certeza sobre a efetiva economia a ser obtida com a adesão e o risco envolvido com o potencial aumento de custo desestimula a mudança. "O fator econômico pode não ser tão grande para assumir esse risco", avalia.

Para a executiva, a expectativa com o crescimento da adesão à tarifa branca por conta da redução dos limites mínimos de consumo é pequena, tendo em vista o baixo benefício econômico e a falta de visibilidade, que só muda com a implementação de novas tecnologias, que favorecem a gestão do gasto.

Medidores inteligentes

Atualmente o consumidor não tem informações detalhadas sobre seu perfil diário de consumo. Essas informações somente podem ser obtidas com a instalação de medidores inteligentes, ainda raros nas redes das distribuidoras, que têm desenvolvido planos de investimento de informatização da rede.

As concessionárias, no entanto, são obrigadas a instalar esses equipamentos – sem custo para o consumidor – com a adesão à tarifa branca, já que é necessário para medir o consumo nos três diferentes horários. Com isso, esse detalhamento passa a ser disponibilizado depois da adesão. E, caso se observe um aumento de custo, o consumidor pode voltar à cobrança convencional.

A Confeitaria da Luana, em Pinheiros, na zona oeste de São Paulo, fez a opção pela tarifa branca no início de 2018. O estabelecimento tem um perfil muito aderente com o beneficiado pelo modelo, já que concentra seu consumo de energia – em especial os fornos elétricos –, pela manhã. Mas tem também consumo nos horários intermediário (das 16h30 às 17h30 na Enel) e na ponta (das 17h30-20h30), por causa das geladeiras e da refrigeração.

Com 85% do consumo fora da ponta, 8% na ponta e 7% no horário intermediário, a economia da confeitaria é de cerca de 5%. "Achei que seria uma economia um pouco maior", disse a sócia Julia Zinn, que, de qualquer modo, diz não arrependê-la de ter feito a mudança. "Para pequenas empresas, qualquer economia faz diferença."

Assim como a confeitaria, os maiores beneficiados neste primeiro ano de operação da tarifa branca seriam consumidores comerciais e de serviços, que, na média nacional, possuem consumo médio mensal de 599,7 KWh, além de industriais (824,8 KWh/mês) e serviço público (2.988,7 KWh/mês). Além disso, esses tipos de consumidores costumam concentrar operações – e consumo de energia – em horário comercial, portanto praticamente fora do horário de ponta.

Outra razão para a baixa adesão é a fraca divulgação, em especial por parte das distribuidoras. "A divulgação não é tão grande, é mais no meio setorial, a nível de Aneel. Não houve divulgação ampla, geral e irrestrita", diz o presidente da consultoria Thymos Energia, João Carlos Mello.

Ele aproveitou que sua residência se enquadrava no perfil para adesão no ano passado e fez a mudança. "Entrei para fazer o teste. A economia não tem sido tão grande como esperava – tem sido de 5% a 10%. Tem uma disciplina a ser feita", conta, acrescentando que o calor deste verão também tem levado ao uso maior de refrigeração no fim da tarde.

O técnico da Proteste Rafael Bomfim também avalia que a falta de informações contribui bastante para a baixa adesão daqueles que já podem aderir. "A falta de informação não se restringe ao comunicado de que existe essa opção, também há falta de orientação de como o consumidor pode avaliar se a adesão vale a pena ou não no seu caso.

O consumidor comum não tem conhecimento suficiente para decidir, pois para a maioria a conta de luz ainda é um grande mistério. Neste caso, existe o receio de que

a adesão tenha o efeito de aumentar a conta de energia, já que esse é um risco real”, comenta.

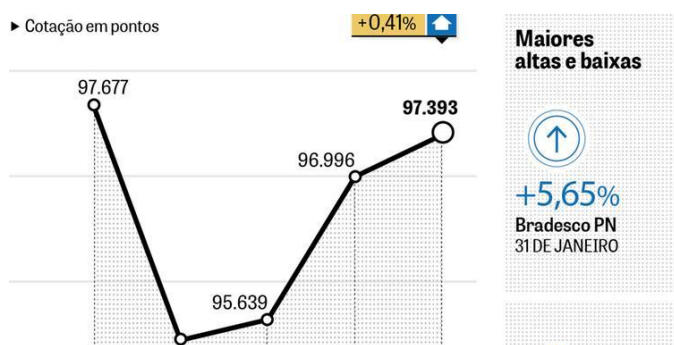
Em pesquisa feita pela reportagem nos portais na internet de algumas das principais distribuidoras do País o que se observou foi que não há destaque sobre a possibilidade de adesão à tarifa branca. Em alguns casos nem sequer há informação, ou as informações disponíveis são de difícil acesso, precisam ser buscadas. Procuradas, oito distribuidoras evitaram conceder entrevistas sobre o tema da tarifa branca.

Questionado sobre a baixa adesão, o presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Fonseca Leite, citou a dificuldade de entendimento e a comunicação como potenciais motivos que podem ter se refletido no baixo número. Mas, para ele, o tema foi amplamente comentado pela imprensa, quando a tarifa passou a vigorar “Teve cobertura muito grande”, afirmou, acrescentando que os hábitos de consumo também desestimularia a adesão.

Segundo o diretor da Aneel Sandoval Feitosa, diante da baixa adesão, a autarquia deve avaliar a possibilidade de intensificar junto a distribuidoras, Estados e organizações de consumo potenciais ações de comunicação.

Dólar encerra no menor nível desde outubro

01/02/2019 – Fonte: DCI



O dólar fechou a sessão de ontem em baixa de 0,99% e terminou o dia no menor valor desde outubro de 2018, cotado em R\$ 3,6590. Fatores técnicos com a definição do referencial Ptax de janeiro e a queda da moeda no exterior ajudaram o real a se valorizar.

Com isso, a moeda brasileira foi uma das divisas que mais ganharam valor perante o dólar ontem no mercado financeiro internacional. Em janeiro, o dólar acumulou queda de 5,6% ante o real, a maior desde outubro, quando recuou 8%. O dólar só caiu mais no mês ante o rublo russo (-5,5%) e também o rand da África do Sul (-8%).

Os vendidos em dólar, ou seja, que apostam na queda da moeda, levaram a melhor na disputa pela Ptax, o referencial que servirá a partir de hoje para a liquidação e ajustes de contratos futuros de câmbio e de swap cambial. A Ptax caiu 1,7% hoje e encerrou janeiro em R\$ 3,6519.

Para o economista-chefe para a América Latina da Continuum Economics, Pedro Tuesta, a mensagem 'dovish' do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) de que vai manter os juros baixos por mais tempo se aliou ao otimismo local com a Previdência e a tendência é que o dólar se consolide abaixo dos R\$ 3,70 nos próximos dias.

A retração do risco-país, medido pelo Credit Default Swap (CDS), também ajudou a retirar a pressão no câmbio. Nesta quinta-feira, o indicador caiu para 162 pontos, o menor nível desde março e semelhante ao patamar que o País tinha quando era classificado como grau de investimento.

Sinalizações do governo de avanço na elaboração da reforma da Previdência deram novo ânimo aos investidores. Na tarde de ontem, o porta-voz do Planalto disse que o texto está em fase final de elaboração.

Nos EUA, aumentou, após a reunião do Fed, a visão de que vai demorar mais tempo para os juros voltarem a subir. Os estrategistas do JPMorgan falam da chance de a pausa nos aumentos ser estendida para 2020. Este cenário, deve ajudar a enfraquecer o dólar no mercado internacional, ressalta relatório do JP de ontem.

Mercado acionário

O otimismo com a melhora do panorama do País que dominou os investidores no mercado acionário local em janeiro se sustentou até a última sessão de negócios do mês, ontem. Foi componente essencial para que o Ibovespa renovasse topos históricos no período e encerrasse o pregão aos 97.393,74 pontos, em alta de 0,41%, que contribuiu para uma rentabilidade mensal de 10,82% – um pouco abaixo dos 11,14% registrados em 2018.

Durante o dia, a bolsa alcançou nova máxima histórica, aos 98.405 pontos embalada pela alta significativa das ações do Bradesco (em torno de 7%), que divulgou resultado considerado muito positivo ontem.

Entre as blue chips, Bradesco PN fechou em alta de 5,65%, Banco do Brasil ON, 2,53%, Itaú Unibanco PN, 1,73% e as units do Santander, 0,15%. Vale ON recuou 2,36% e Petrobras PN cedeu 0,16%.

As taxas de juros negociadas no mercado futuro tiveram queda significativa ontem. Ao final dos negócios, o contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento em janeiro de 2020 teve taxa de 6,38%, ante 6,46% do ajuste anterior. O DI para janeiro de 2021 foi a 7,00%, ante 7,14% e o vencimento de janeiro de 2023 ficou com 8,10%, contra 8,33%. Já na ponta mais longa, a taxa do DI para janeiro de 2025 teve taxa de 8,64%, de 8,92%.

IPC-S tem alta de 0,57% em janeiro e fica em 4,19% em 12 meses

01/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Preços ao Consumidor – Semanal (IPC-S) subiu 0,57% no fechamento de janeiro, após alta de 0,58% na leitura anterior e expansão de 0,29% no resultado de dezembro, revelou nesta sexta-feira, dia 1º, a Fundação Getulio Vargas (FGV). O dado ficou abaixo do intervalo das expectativas coletadas em pesquisa do **Projeções Broadcast**, que iam de 0,60% a 0,69%, com mediana de 0,63%. Em 12 meses, o indicador acumulou alta de 4,19%.

No período de um mês, cinco das oito classes de despesa que compõem o índice apresentaram acréscimo em suas taxas de variação. O grupo Educação, Leitura e Recreação ofereceu a principal contribuição ao movimento, com a taxa acelerando de 2,28% para 3,13%, sustentada principalmente pelo item “cursos formais” (de 4,23% para 5,79%).

Ainda houve aceleração nos grupos Habitação (de 0,42% para 0,43%), Transportes (de -0,05% para 0,02%), Comunicação (de 0,14% para 0,20%) e Despesas Diversas (de 0,27% para 0,30%). Nessas classes de despesa, vale destacar o comportamento dos seguintes itens: tarifa de eletricidade residencial (de -0,25% para 0,47%), tarifa de ônibus urbano (de 1,41% para 2,86%), pacotes de telefonia fixa e internet (de 0,68% para 0,91%) e cartório (de 1,89% para 3,33%).

Na contramão, houve decréscimo nas taxas dos grupos Alimentação (de 0,94% para 0,73%), Vestuário (de 0,03% para -0,64%) e Saúde e Cuidados Pessoais (de 0,41% para 0,27%), com destaque para os itens hortaliças e legumes (de 4,51% para -

0,17%), roupas (0,08% para -0,83%) e artigos de higiene e cuidado pessoal (0,62% para -0,26%).

Gasto com juros cai para R\$ 379,18 bi

01/02/2019 – Fonte: DCI

Os gastos com juros correspondem a 5,52% do Produto Interno Bruto (PIB) e totalizaram R\$ 379,184 bilhões no ano passado, contra R\$ 400,826 bilhões em 2017, e abaixo da marca de R\$ 500 bilhões ou 8,4% do PIB aferida em 2015.

O déficit nominal do setor público consolidado de 2018, formado pelo resultado primário e os gastos com juros, somou R\$ 487,442 bilhões, o equivalente a 7,09% do PIB.

O setor público consolidado, formado pela União, os estados e municípios, encerrou 2018 com saldo negativo nas contas públicas, de acordo com dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC). O déficit primário, receitas menos despesas, sem considerar os gastos com juros, ficou em R\$ 108,258 bilhões, o que corresponde a 1,57% de tudo o que o país produz - Produto Interno Bruto (PIB).

Esse foi o quinto ano seguido de resultado negativo das contas públicas: R\$ 32,536 bilhões, em 2014; R\$ 111,249 bilhões, em 2015; R\$ 155,791 bilhões, em 2016, e R\$ 110,583 bilhões, em 2017.

O resultado do ano passado ficou abaixo da meta fiscal para o setor público consolidado, que era de um déficit primário de R\$ 161,3 bilhões.

No ano passado, o Governo Central (Previdência Social, Banco Central e Tesouro Nacional) registrou déficit de R\$ 116,167 bilhões.

Já os governos estaduais apresentaram superávit de R\$ 4,734 bilhões, e os municipais, saldo negativo de R\$ 1,242 bilhão. As empresas estatais federais, estaduais e municipais, excluídas as dos grupos de capital misto Petrobras e Eletrobras, registraram superávit primário de R\$ 4,417 bilhões.

Em dezembro, a dívida bruta - que contabiliza apenas os passivos dos governos federal, estaduais e municipais - chegou a R\$ 5,272 trilhões ou 76,7% do PIB, com redução de 0,6 ponto percentual na comparação com novembro.

A dívida líquida do setor público (balanço entre o total de créditos e débitos dos governos federal, estaduais e municipais) chegou a R\$ 3,695 trilhões em dezembro de 2018, o que correspondeu a 53,8% do PIB, expansão de 0,4 ponto percentual em relação a novembro último.

"Há uma trajetória de redução dos déficits primários, mas, se o objetivo é reduzir o endividamento, ainda há um grande caminho a ser percorrido para que os resultados se transformem em superávits e para que esses saldos positivos tenham a magnitude necessária para colocarem a dívida de um sentido de redução", afirmou o chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha

Volks quer dominar carros elétricos com nova plataforma

01/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

Sempre que um novo carro elétrico é anunciado, alguém pergunta se ele é capaz de "matar a Tesla", já que a pioneira do Vale do Silício continua a ser a empresa a derrotar, em preço, estilo e poder das baterias. A Volkswagen vem trabalhando em seu projeto para matar a Tesla desde o final de 2015. Mas o que ela propõe não é um carro elétrico, e sim o chassi ou plataforma subjacente conhecido como MEB, que

servirá como base para a produção de 50 modelos diferentes, em 2025, promete a montadora alemã.

Alguns investidores e analistas acreditam que o chassi da Volkswagen, que será usado para a maioria de seus veículos elétricos, pode oferecer uma vantagem vital à companhia na nova era dos carros acionados por baterias.

"Essa plataforma é o coração e a alma de tudo que a Volkswagen está fazendo quanto ao futuro dos carros de passageiros", disse Johannes Buchman, gerente da FEV Consulting, consultoria do ramo de automóveis.



Plataforma da Volks; ela servirá como base para a produção de 50 modelos diferentes, em 2025, promete a montadora - Divulgação

"Não é só um princípio de design ou uma base para seus novos carros. O projeto tem impacto em toda a organização, em sua cadeia de suprimento e na qualidade industrial de seus produtos --afeta praticamente tudo."

De todos os grupos automobilísticos tradicionais, a Volks está fazendo a aposta mais ousada, ao investir 30 bilhões (R\$ 126 bilhões) em carros elétricos só nos próximos cinco anos.

O foco do investimento é o MEB, um "chassi tipo skate" projetado exclusivamente para veículos elétricos, em lugar de ser uma plataforma para motor a combustão adaptada de forma a acomodar baterias.

É um projeto decisivo para fazer da Volkswagen a maior fabricante mundial de carros elétricos e repetir seu sucesso no mercado de motores a combustão, no qual há quatro anos consecutivos a montadora vem liderando as vendas de veículos no mercado mundial.

A Volkswagen fabricou mais de 50 milhões de carros, de 2012 para cá, usando a plataforma MQB para veículos com motor a combustão, distribuídos por suas 12 marcas, entre as quais Audi, koda e Seat.

As ambições para sua plataforma elétrica são ainda maiores, no entanto. A Volks espera que o novo chassi se torne o padrão setorial, da mesma forma que o VHS se tornou o padrão para as fitas de vídeo, de acordo com duas pessoas informadas sobre o plano.

A companhia está envolvida em negociações para fornecer o chassi a várias montadoras. Uma delas é a Ford, que confirmou a informação ao anunciar sua aliança mundial com a Volks no Salão de Detroit.

Por enquanto, essa parceria está centrada nos veículos comerciais leves. Mas analistas do banco Barclays dizem que é "evidente" e que haveria "benefícios substanciais" se a parceria fosse estendida para a construção de carros elétricos pela Ford usando o chassi da Volkswagen.

Isso poderia representar uma jogada inédita, já que, até esta década, as montadoras buscavam se distanciar de seus rivais ao desenvolver conjuntos motopropulsores próprios, abarcando o motor, transmissão e eixo de transmissão de um veículo.

Mas, na era emergente dos carros elétricos e conectados à internet, as baterias devem se tornar genéricas —como são nos celulares—, e o motorista provavelmente se interessará mais pela eletrônica e pelos recursos de informação e entretenimento do carro do que por sua potência.

"Se você não tiver de gastar tanto dinheiro na arquitetura [o chassi], pode redirecionar seus esforços para a eletrônica, para a experiência do usuário e para os sistemas autônomos", disse Chris Borroni-Bird, ex-executivo da General Motors e da Waymo.

Borroni-Bird leva o crédito pela invenção do "chassi tipo skate", no começo dos anos 2000. Foi isso que permitiu que a Tesla, a pioneira californiana dos carros elétricos, instalasse em seus carros baterias grandes com peso de até 600 quilos e oferecendo alcance de até 500 quilômetros.

Para a Volkswagen, o risco de arriscar tanto em uma aposta é muito grande. Se o carro elétrico não dominar o mercado, a Volkswagen terá de arcar com bilhões de euros em prejuízo. Se a empresa cometer um erro que precise ser consertado, o número de carros envolvidos no recall poderia ser imenso.

Licenciar o chassi elétrico a outras montadoras representa uma nova maneira de mitigar os riscos. Se a Volkswagen tiver sucesso nisso, o impacto poderia ser imenso. Uma pessoa informada sobre o plano disse que a Volks dominaria o mercado de manutenção pós-venda, pois suas concessionárias controlariam as vendas de autopeças e serviços, caso o chassi elétrico se torne a referência do setor.

Além disso, o chassi elétrico estará acoplado a uma unidade de controle eletrônico que conecta o carro à Automotive Cloud, plataforma de computação em nuvem criada pela Volkswagen em parceria com a Microsoft, que permite que carros "conversem" uns com os outros.

Petrobras reduz em 1% o preço médio da gasolina nas refinarias neste sábado

01/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

A Petrobras anunciou corte de 1,0% no preço médio do litro da gasolina A sem tributo nas refinarias, válido para este sábado, dia 2, para R\$ 1,4758. Além disso, a estatal manteve o preço do diesel, em R\$ 2,0198, conforme tabela disponível no site da empresa.

Em dezembro, a Petrobras anunciou um mecanismo de proteção complementar em que a empresa pode alterar a frequência dos reajustes diários do preço do diesel no mercado interno em momento de elevada volatilidade, podendo mantê-lo estável por curtos períodos de tempo de até sete dias, "conciliando seus interesses empresariais com as demandas de seus clientes e agentes de mercado em geral".

Já o hedge da gasolina, que passou a ser adotado em setembro, permite a empresa manter os valores estáveis nas refinarias por até 15 dias.

UE impõe medidas de salvaguarda definitivas a importações de aço

01/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

A Comissão Europeia, braço executivo da União Europeia, confirmou hoje que adotará medidas de "salvaguarda" definitivas sobre importações de aço a partir deste sábado

(02). A iniciativa, que já havia sido antecipada em meados de janeiro, substituiu medidas provisórias que estavam em vigor desde julho do ano passado.

Em março de 2018, a comissão lançou uma investigação como parte da resposta da UE à decisão do governo dos Estados Unidos de impor tarifas a importações de aço.

Segundo a comissão, a investigação concluiu que as importações de aço da UE vêm apresentando forte expansão, o que "ameaça seriamente" as siderúrgicas do bloco, "que ainda estão em posição frágil devido ao persistente excesso de capacidade no mercado siderúrgico global e a um número inigualável de práticas comerciais desleais de certos parceiros comerciais".

As medidas afetam 26 produtos siderúrgicos e consistem na aplicação de tarifas de 25% para importações que excederem cotas predeterminadas.

A decisão é válida por até três anos, mas poderá ser revista se "as circunstâncias mudarem", afirmou a comissão em comunicado.

Exportações de minério podem subir

01/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

Mesmo após a imensa tragédia humana e ambiental resultante do rompimento de uma barragem da Vale em Brumadinho (MG), as exportações brasileiras de minério de ferro e derivados não deverão ser afetadas neste ano e poderão até aumentar, segundo a avaliação de técnicos da área econômica e especialistas no setor ouvidos pelo **'Estadão/Broadcast'**. A avaliação é de que a empresa tem capacidade para repor a produção perdida com o fechamento de barragens em outras plantas e que a alta do preço no mercado global pode alavancar a exportação do produto.

Se confirmado, o aumento nas vendas segue o movimento que ocorreu após o rompimento da barragem em Mariana (MG), em 2015. Naquele ano e nos três seguintes, as exportações de minério de ferro bateram sucessivos recordes. Desde 2012 as vendas do produto crescem ano após ano.

Nesta semana, a Vale anunciou que fechará barragens em Minas Gerais, o que poderá reduzir a produção da empresa em cerca de 40 milhões de toneladas, ou 10% do total exportado pelo Brasil no ano passado.

A avaliação dos técnicos do governo é que a empresa poderá compensar essa redução nessas plantas principalmente com a atividade de minas do Pará. O Estado é o principal produtor do minério de ferro exportado pelo Brasil hoje, respondendo por 49% das vendas, seguido por Minas Gerais, com 37%.

"A própria Vale tem condição de reestruturar esse volume, ela tem estoques e provavelmente vai fazer um planejamento para manter o atendimento aos compradores", diz o ex-secretário de Comércio Exterior Welber Barral.

Qualidade. Além disso, o produto brasileiro acaba sendo mais demandado por ser considerado de maior rendimento, já que tem em média 62% de ferro, teor maior do que o extraído em outros países. O maior destino da commodity brasileira é a China, que comprou 58% do total exportado pelo Brasil em 2018.

Segundo o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil, José Augusto de Castro, ao preço médio de US\$ 52 a tonelada registrado nas exportações brasileiras de minério no ano passado, a produção que fica comprometida com as paralisações corresponderia a pouco mais de US\$ 2 bilhões, equivalente a menos de 1% do total das vendas brasileiras.

A Vale exporta 90% de sua produção e o minério de ferro, que é o terceiro maior produto de exportação brasileira, respondeu por 8,4% das exportações do País em 2018. As vendas de minério corresponderam a um total de US\$ 20,2 bilhões em 2018, crescimento de 5,3% na comparação com 2017.

Mesmo com os impactos ambientais e sociais da tragédia em Brumadinho, os especialistas não acreditam que a Vale perderá espaço no mercado internacional no longo prazo por eventuais problemas de imagem. Ponderam que a China, principal comprador do minério de ferro brasileiro, dificilmente teria toda sua demanda atendida sem a oferta vinda do Brasil.

Setor automotivo impulsiona alta de 1,1% da produção industrial no Brasil em 2018

01/02/2019 – Fonte: Automotive Business



IBGE aponta que veículos, reboques e carrocerias exerceram a maior influência positiva, com alta de 12,6%

A **indústria automotiva** exerceu a maior influência positiva no crescimento de 1,1% da **produção industrial** no Brasil registrada em 2018 na comparação com o ano anterior, segundo dados divulgados na sexta-feira, 1º, pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Entre as atividades consideradas no índice, a produção de veículos, que neste caso o IBGE também computa reboques e carrocerias, cresceu 12,6% no comparativo anual.

Outras influências positivas vieram de setores como metalurgia, com alta de 4% no ano, celulose e papel (+4,9%), máquinas e equipamentos (+3,4%), produtos farmoquímicos e farmacêuticos (+6,1%), coque, derivados de petróleo e biocombustíveis (+1%) e produtos eletrônicos e ópticos (+2,6%).

De acordo com os números do IBGE, entre as grandes categorias econômicas, houve avanço na produção de bens de consumo na ordem de 7,6% no ano passado contra o resultado de 2017, também impulsionado pela alta de 10,8% da produção de automóveis. Em bens de capital, a indústria registrou aumento de 7,4%, puxada por equipamentos de transporte (+13,8) e de construção (+25,2%).

Embora a maior parte das grandes categorias econômicas tenham apresentado balanço positivo no ano, vale lembrar que 2018 foi marcado pela greve dos caminhoneiros, fraco mercado de trabalho, crise na Argentina e instabilidade do período eleitoral, fatores que afetaram a indústria ao longo do ano.

Com isso, treze atividades apresentaram queda no ano, com destaque para produtos alimentícios (-5,1%) com a contribuição negativa mais intensa. Destacam-se também os resultados negativos de confecção de artigos do vestuário e acessórios (-3,3%) e de couro, artigos para viagem e calçados (-2,3%).

A pesquisa Focus mais recente do Banco Central aponta que os economistas esperam para 2019 uma expansão da indústria de 3,04% e de 3% em 2020.

Empresas automotivas estão entre 100 mais inovadoras do mundo

01/02/2019 – Fonte: Automotive Business

Ranking da Clarivate analisa negócios pelo volume de patentes geradas e impacto no mercado

A Clarivate Analytics publicou a lista de 2019 das 100 empresas mais inovadoras do mundo. A seleção conta com sete companhias que atuam na indústria automotiva no fornecimento de autopeças e tecnologias ou na produção de veículos. São elas a fabricante de componentes Aisin, a Bridgestone, a chinesa BYD, a Honda, a produtora de sistemas de direção Jtekt, a Nissan e, enfim, a Toyota.

Além destas companhias que têm seus negócios totalmente voltados ao setor, se destacam entre as 100 empresas mais inovadoras empreendimentos como a 3M, que ficou na primeira posição do ranking, e a TE Connectivity. São organizações com diversas áreas de negócio, incluindo presença importante na indústria automotiva.

O QUE TORNA UMA EMPRESA INOVADORA?

Segundo a consultoria, a seleção das 100 empresas mais inovadoras começa pelo levantamento da geração de patentes. Toda organização com mais de 100 registros de propriedade intelectual no ano é analisada. Fora o número de invenções, o primeiro critério é o sucesso de cada patente, uma análise da qualidade da criação.

O segundo aspecto relevante para a análise é a globalização, que leva em conta o número de mercados em que cada nova solução desenvolvida pela empresa está presente. Por fim, a Clarivate avalia a influência do produto patenteado em seu mercado. Hirokazu Bessho, líder da unidade de propriedade intelectual da Honda aponta que a cultura corporativa é a principal razão para a companhia ter se destacado entre as mais inovadoras.

"Nós trabalhamos com o espírito de tornar o mundo mais conveniente. Nosso fundador, Soichiro Honda, defendia que o laboratório não é lugar de pesquisar motores, mas um espaço para estudar pessoas", conta.

John Banovetz, chefe de tecnologia (CTO) da 3M, que se destacou no levantamento, apontou no relatório da consultoria que a geração de novos produtos ganha força em companhias que têm um ambiente estruturado para fomentar novos desenvolvimentos: "As inovações que viram o jogo não surgem no vácuo. Elas demandam visão, imaginação e inspiração, mas também precisam de colaboração. Na 3M temos 46 plataformas tecnológicas para isso".

Honda tem queda de 40% no lucro trimestral

01/02/2019 – Fonte: Reuters

A Honda informou nesta sexta-feira queda de 40 por cento no lucro operacional do terceiro trimestre fiscal, pressionada por descontos no preço do utilitário CR-V nos Estados Unidos, custos maiores e volatilidade de moedas.

A montadora japonesa teve lucro de 170,1 bilhões de ienes (1,56 bilhões de dólares) no trimestre passado, ante 284,5 bilhões um ano antes e abaixo da expectativa média de analistas, de 208,8 bilhões.

As vendas globais da companhia somaram 1,41 milhão de veículos entre outubro e dezembro ante 1,34 milhão um ano antes.